

Estudo Técnico Preliminar

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a previsão contida no inciso XX do art. 6º da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, o Estudo Técnico Preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A especialidade de Ginecologia é voltada para o cuidado da saúde da mulher em todas as fases da vida, com ênfase no funcionamento e na prevenção de doenças relacionadas aos órgãos genitais femininos (útero, ovários, tubas uterinas, vagina e vulva) e às mamas.

O acompanhamento ginecológico deve ser incorporado à rotina de cuidados com a saúde da mulher, sendo recomendado seu início pouco antes ou logo após a menarca (primeira menstruação). A realização de consultas periódicas, preferencialmente anuais, é fundamental para a promoção da saúde e a detecção precoce de doenças, mediante a realização de exames preventivos, como o exame citopatológico do colo do útero (Papanicolaou) e a mamografia, essenciais para o rastreamento do câncer do colo uterino e do câncer de mama, respectivamente.

Esse acompanhamento deve ser mantido ao longo de toda a vida da mulher, incluindo o período pós-menopausa, considerando as necessidades específicas de cada fase, como a prevenção de osteoporose, doenças cardiovasculares e neoplasias.

Cabe destacar que, nos termos da Lei Federal nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), deve ser garantida a integralidade da assistência, abrangendo ações de promoção, proteção e recuperação, de forma contínua e articulada. Assim, é imprescindível assegurar o acesso a todos os exames necessários para o adequado acompanhamento ginecológico, inclusive aqueles que, porventura, não estejam disponíveis no quadro efetivo de serviços ofertados, de modo a evitar a desassistência e a promover a atenção integral à saúde da mulher.

3. ÁREA REQUISITANTE:

Área requisitante	Responsável
Secretaria Municipal da Saúde	Úrsula Santana Do Nascimento



4. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Alinhamento com o Plano de Contratações Anual:

1302 – Serviços médicos hospitalares diversos

<https://pncp.gov.br/app/pca/64614449000122/2025/6>

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços deverão ser prestados por profissionais com curso superior em Medicina, experiência comprovada e certificado de conclusão de residência médica ou título de especialista em Ginecologia.

A contratada deverá realizar procedimentos cirúrgicos conforme a demanda e autorização da Secretaria Municipal da Saúde, com uma média mínima de quatro (4) procedimentos maiores por mês, ou mais de quatro (4) no caso de pequenos procedimentos. As cirurgias deverão ser realizadas em instituição com a qual a Prefeitura possua convênio, sendo os pagamentos feitos diretamente à instituição, com base em três (3) vezes a tabela SUS. A instituição será responsável pelos pagamentos ao especialista. A contratante não se responsabiliza pelo pagamento das cirurgias.

A contratada deverá realizar todos os procedimentos de inserção de DIU e colposcopia necessários. Para cada procedimento agendado, poderão ser reservadas duas (2) vagas de consulta, considerando o tempo de realização.

A contratante não se responsabiliza pela contratação de médico auxiliar, caso este seja necessário para a realização de determinado tipo de cirurgia, sendo essa responsabilidade exclusiva da contratada.

A contratada deverá emitir ficha de contra-referência para as unidades de Estratégia de Saúde da Família (ESF), orientando quanto ao tratamento necessário para as pacientes que possam ser acompanhadas pelo clínico geral da unidade.

É obrigatória a utilização do sistema disponibilizado pela Secretaria Municipal da Saúde para registro eletrônico dos atendimentos, incluindo histórico do paciente, hipótese diagnóstica, conduta adotada, encaminhamentos (quando houver) e prosseguimento do tratamento.

Em casos de necessidade de reavaliação urgente no Pronto Atendimento do município para pacientes em acompanhamento, a contratada deverá realizar a avaliação em até uma (1) hora após a solicitação.

O contrato não irá prever férias ou licenças. Caso o profissional precise se afastar, a empresa contratada deverá avisar com antecedência e, caso necessário, providenciar substituto da mesma especialidade.



Não serão permitidos atrasos nos atendimentos. A cada dez (10) minutos de atraso será descontado o equivalente a uma (1) consulta, salvo em casos devidamente justificados e autorizados pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

Não serão admitidos cancelamentos de atendimentos previamente agendados. Em caso de cancelamento, a contratada estará sujeita às sanções previstas na cláusula sétima e seguintes do contrato.

A contratada deverá atender com profissionalismo, eficiência, cordialidade, atenção e respeito às pacientes. Caso a avaliação dos atendimentos seja insatisfatória já no primeiro mês, a contratante poderá rescindir o contrato de forma imediata, além de proibir a participação da contratada em futuras contratações.

A contratada deverá emitir uma única nota fiscal ou recibo mensal, após a conclusão dos atendimentos do mês.

A contratada deverá disponibilizar agenda para atendimento de, no mínimo, 48 consultas semanais. As quantidades informadas são estimativas, podendo sofrer alterações para mais ou para menos, sem garantia de demanda mínima.

O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento, sem necessidade de aviso prévio, caso a contratada descumpra qualquer exigência estabelecida no edital.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DA CONTRATAÇÃO

Item	Descrição	Unid	Qtde
1	Serviço médico para consulta em Ginecologia, implantes de diu, colposcopias e cirurgias ginecológicas.	Consultas	2304

Sendo necessário 48 consultas semanais, disponibilizadas em 12 consultas por PSF (Demanda de 4 PSFs).

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

a) **Contratação de profissional por meio de licitação convencional (Pregão):** Esta Administração entende como inviável, neste momento, a contratação exclusiva de um único profissional para a prestação do serviço, considerando os riscos envolvidos. Entre eles, destaca-se a possibilidade de contratar um profissional inadequado e a dificuldade em caso de descumprimento contratual. Ademais, a fase de lances no pregão frequentemente leva à redução excessiva dos valores ofertados, o que compromete a sustentabilidade do contrato a longo prazo. Tal situação é especialmente prejudicial à Administração, dado que a natureza do serviço exige a formação de um vínculo contínuo e de confiança com as usuárias.



b) **Contratação de profissionais por meio de credenciamento:** O credenciamento possibilita a contratação de múltiplos profissionais, solucionando os riscos apontados anteriormente. Além disso, as usuárias poderão optar por outro profissional caso não se sintam confortáveis com o inicialmente indicado. Em relação ao preço, é possível estabelecer um valor único e justo, evitando a defasagem. Ademais, com a atuação simultânea de vários profissionais, será possível atender um número maior de munícipes. Quanto às férias, como não há previsão contratual para tal, o credenciamento permite a designação de outro profissional para a cobertura, garantindo a continuidade do atendimento.

c) **Assinatura de convênios e parcerias:** A solução não assegura vagas para as usuárias, o que dificulta a gestão. Além disso, na maioria das vezes, a prefeitura precisará disponibilizar transporte ou as usuárias terão que se deslocar a outros municípios por conta própria para receber atendimento.

d) **Contratação de profissional por meio de concurso público:** A contratação por concurso público é inviável, pois geraria vínculo fixo com apenas um profissional, dificultando a substituição em caso de inadequação e limitando a escolha das usuárias. Também haveria problemas para manter a continuidade do atendimento em períodos de férias ou afastamentos e restrição na capacidade de atendimento. Além disso, o concurso implica custos elevados e menos flexibilidade, o que não atende à necessidade atual de agilidade e diversidade de profissionais.

Com base na argumentação, a solução mais viável é a Contratação de profissionais por meio de credenciamento.

8. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se, provisoriamente, o valor de **R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais)** por consulta com base no contrato firmado no exercício de 2024, com valor total de **R\$ 149.760,00 (cento e quarenta e nove mil setecentos e sessenta reais)**.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação por meio de INEXIGIBILIDADE, com o uso do procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, possibilita a contratação de diversos profissionais de maneira padronizada, com a garantia de valores justos de mercado. Esse processo contribui para uma maior agilidade nos atendimentos, proporcionando maior flexibilidade e eficiência na execução dos serviços.

Além disso, o contrato estabelecerá o reajuste anual dos valores, assegurando a devida atualização dos preços, em conformidade com os índices econômicos vigentes. Tal previsão evita distorções nos custos ao longo do tempo, prevenindo, assim, a necessidade de rescisão contratual. Com isso, visa-se garantir a manutenção da vigência do contrato por períodos mais longos, sem prejuízo para ambas as partes, promovendo uma relação contratual estável e duradoura.



10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando a indicação de apenas 1 (um) item o procedimento será realizado de modo parcelado.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

O credenciamento de médicos ginecologistas visa alcançar diversos resultados positivos para a saúde pública. Entre os principais objetivos, está o aumento do acesso a serviços especializados para as mulheres, principalmente onde a oferta de médicos ginecologistas é limitada. Isso se traduz em mais consultas e exames disponíveis para a população, o que contribui para uma melhor cobertura de saúde, especialmente em áreas mais carentes.

Além disso, o credenciamento permite uma maior diversificação dos prestadores de serviços, o que reduz a dependência de um único profissional ou instituição e assegura mais opções de atendimento. Isso pode ajudar a melhorar a qualidade do serviço, pois permite selecionar médicos altamente qualificados, aderentes às melhores práticas médicas.

A flexibilidade do processo de credenciamento também contribui para uma contratação mais ágil e menos burocrática, o que se traduz em respostas rápidas diante da demanda por profissionais. Isso é importante para garantir atendimento tanto em situações emergenciais quanto em casos de rotina. A medida também pode ajudar a reduzir filas de espera, pois facilita a ampliação da oferta de médicos ginecologistas, permitindo mais opções de horários e consultas.

Por fim, o credenciamento garante que os profissionais atendam aos requisitos e normas do setor de saúde, assegurando que o atendimento seja feito de forma segura e eficiente para as pacientes. Em conjunto, esses resultados visam proporcionar um serviço de saúde mais acessível, ágil e de qualidade para as mulheres.

12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÕES PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO NO AMBIENTE DO ÓRGÃO

A equipe de planejamento não identificou nenhuma necessidade de adequação para possibilitar a aquisição desse item.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A equipe de planejamento não identificou nenhuma necessidade de contratação correlata e/ou interdependente.



14. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A equipe de planejamento não identificou nenhum possível impacto ambiental.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

Diante do exposto, concluímos que o processo de INEXIGIBILIDADE, por meio de CREDENCIAMENTO, é plenamente viável e adequado para atender às necessidades desta municipalidade.

16. ANEXOS

Anexo I – Contrato nº. 048/2024

Tarumã, 28 de abril de 2025.

ÚRSULA SANTANA DO NASCIMENTO
Supervisora de Programas



PMT/SMG/DL/LASS/048/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

CONTRATADA: ISABELLA CAROLINA SPOLADORI LTDA ME

PROCESSO Nº 056/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2024

VALOR: R\$69.290,00

“TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE CONSULTAS EM GINECOLOGIA, IMPLANTES DE DIUS, COLPOSCOPIAS E CIRURGIAS GINECOLÓGICAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA ISABELLA CAROLINA SPOLADORI LTDA ME, NA FORMA ABAIXO:”

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 64.614.449/0001-22, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, a Senhora **ELVIRA ALICE GOZZE DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.733.162-X SSP/SP e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 048.806.948-35, simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **ISABELLA CAROLINA SPOLADORI LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob nº. 40.512.735/0001-19, com sede a Rua Caracas, nº 377 – Apto nº 1104 – Bairro Santa Rosa, no município de Londrina, Estado do Paraná, neste ato representado por sua representante legal a Senhora **Isabella Carolina Spoladori**, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº. 106897824 SESP/PR, e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº. 045.679.759-95, simplesmente denominada **CONTRATADA**, celebram o presente, em observância ao Pregão Eletrônico nº. 024/2024, homologado em 12 de junho de 2024, com fulcro na Lei nº. 14.133, de 21 de abril de 2021 e alterações, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **Contratação de empresa especializada em realização de consultas em ginecologia, implantes de dius, colposcopias e cirurgias ginecológicas**, conforme descrição contida nos ANEXOS, Projeto Básico e Cláusulas Descritas neste termo contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VINCULAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL E DA PROPOSTA

2. Os termos deste Instrumento de Contrato se vinculam aos ditames do Edital do

Processo nº 056/2024 – Pregão Eletrônica nº024/2024, ao Termo de Referência e a Proposta da Licitante vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO

3. O valor total do presente Termo de Contrato é de **R\$69.290,00 (Sessenta e Nove Mil, Duzentos e Noventa Reais)**.

3.1. O pagamento será efetuado após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis.

3.2. O Município de Tarumã efetuará a retenção da Guia de Previdência Social – GPS (INSS) referente às faturas emitidas, para efeito de liberação do recurso.

3.3. Não será admitida proposta com condição de pagamento ANTECIPADO ou de prazo contado da data de EMISSÃO da Nota Fiscal ou recibo;

3.4. Somente serão efetuados pagamentos aos licitantes que não possuam dívida de qualquer natureza e/ou espécie junto à Fazenda Municipal de Tarumã, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos.

3.5. Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária.

CLÁUSULA QUARTA DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. O presente contrato não sofrerá reajuste durante sua vigência.

CLÁUSULA QUINTA CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

5. As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta das Dotações Orçamentárias, ante a previsão legal prevista na Lei Orçamentária Anual do Município:

02.08.00 - 10.302.0017.2025 - 3.3.90.39 - **745** - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ – **R\$ 69.290,00**

CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a

terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

6.3. Demais responsabilidades se encontram especificadas no ETP – Estudo Técnico Preliminar.

CLÁUSULA SETIMA OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante sem que a elas se limite:

- a) Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento deste instrumento.
- b) Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma estabelecida neste instrumento e nos termos do Contrato.
- c) Fiscalizar a prestação dos serviços.
- d) Não receber os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 137, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA DA EXTINÇÃO ANTECIPADA

8.1. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse da Administração nas hipóteses do art. 137 com as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a decisão ser formalmente motivada, assegurando-se ao contratado o contraditório e a ampla defesa.

8.2. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse do contratado nas hipóteses do § 2º do art. 137 com as consequências previstas no § 2º do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3. A extinção antecipada do contrato deverá observar os seguintes requisitos:

- 8.3.1. levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 8.3.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 8.3.3. apuração de indenizações e multas; e
- 8.3.4. notificação dos emitentes da garantia prevista na Cláusula Décima Primeira deste Contrato, quando cabível.

CLÁUSULA NOVA DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Das infrações administrativas

9.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o Contratado que:

9.1.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

9.1.1.4. enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato, sem motivo justificado;

9.1.1.5. apresente declaração ou documentação falsa, ou preste declaração falsa durante a execução do contrato;

9.1.1.6. pratique ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.1.7. comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza; ou

9.1.1.8. pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas

9.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 15.612, de 6 de maio de 2021.

9.2.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, de acordo com a dosimetria estabelecida na norma indicada no Anexo –I - Folha de Dados (CGL 25.2.2), as seguintes sanções:

9.2.2.1. advertência, para a infração prevista no subitem 18.1.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.2.2. multa, nas modalidades:

9.2.2.2.1. compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nos subitens 11.1.1.1. a 11.1.1.8;

9.2.2.2.2. moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

9.2.2.2.3. moratória, pela não obtenção do Certificado de Apresentação de Programa de Integridade dentro do prazo referido na Cláusula 16.49.2, de até 0,02% (dois centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor do contrato, até o limite de 10% (dez por cento).

9.2.2.3. impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nos subitens 11.1.1.2. a 11.1.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.2.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos subitens 11.1.1.5. a 11.1.1.8.

9.3. Da Aplicação das Sanções

9.3.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9.3.2. A aplicação de sanções não exime o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

9.3.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

9.3.3. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

18.3.4 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

9.3.4. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser extinto unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do caput do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3.5. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30, nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), ou na Lei estadual nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, em especial seu art.

9.3.6. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

9.3.7. As sanções de suspensão e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – SP.

CLÁUSULA DÉCIMA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1 **A vigência do termo de contrato será até 31/12/2024** a contar da assinatura do termo de contrato, podendo ser renovado por outros períodos até o limite previsto art. 107 da Lei nº 14.133/21.

10.2. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO COMPETENTE

11. A interpretação e aplicação dos termos deste instrumento, será regido pelas Leis Brasileiras, em especial pela Lei nº. 14.133/21 e posteriores alterações, ficando eleito o foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, o qual terá jurisdição e competência sobre quaisquer controvérsias

do Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para único efeito, conjuntamente com as 2 (duas) testemunhas a seguir, a todo ato presentes para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente, por si e seus sucessores em juízo ou fora dele.

Tarumã, 19 de junho de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
ELVIRA ALICE GOZZE DA SILVA
SECRETARIA MUNICIPAL
Contratante

ISABELLA CAROLINA SPOLADORI LTDA ME
ISABELLA CAROLINA SPOLADORI
RG nº 106897824 SESP/PR
Contratada

Fiscal do Contrato

1. _____
Lucilena Pereira Santos
RG nº 27.084.488-0 SSP/SP

Gestor do Contrato

2. _____
Elisangela Aparecida Gouvea Silva
RG nº 32.752.169-7 SSP/SP

ANEXO I – Planilha Adjudicatória

Processo Licitatório nº 056/2024 – Pregão Eletrônico nº 024/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada em realização de consultas em ginecologia, implantes de diu, colposcopias e cirurgias ginecológicas

Item do Lote	Qtde.	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	1.066	UN	Serviço médico para consulta em Ginecologia, implantes de diu, colposcopias e cirurgias ginecológicas	R\$ 65,00	R\$ 69.290,00

ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo Técnico Preliminar nº. 001/2024

FICHA TÉCNICA DE ELABORAÇÃO			
Secretaria:	Saúde		
Ugb	Central de Regulação		
Responsável pela Demanda	Elisangela Ap Gouvea Silva	Cód. Funcional	2902
Objeto da aquisição/contratação (Conforme PCA)	317 - Empresa para Serviços Técnicos e Profissionais Diversos		
Responsável pela elaboração	Elisangela Ap Gouvea Silva	Cód: Funcional 2902	

1- INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2- OBJETO

Contratação de empresa especializada em realização de consultas em ginecologia, implantes de diu, colposcopias e cirurgias ginecológicas.

3- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação se faz necessária para atender a demanda da Rede Municipal de Saúde, visando suprir as necessidades dos municípios que necessitam dos exames relacionados, justifica-se a contratação para atender a demanda da Rede Municipal de Saúde, visando suprir de forma imediata as necessidades dos municípios que necessitam de exames e procedimentos médicos especializados. Os serviços são necessários à consecução dos objetivos da Secretaria de Saúde em proporcionar a excelência no atendimento da saúde com serviços médicos especializados adequados para os municípios.

Assinado por 1 pessoa: ELISANGELA APARECIDA GOUVEA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://taruma.1doc.com.br/verificacao/3D3C-8B47-3D74-D786>

A Ginecologia envolve os cuidados da mulher nas diferentes fases da vida, principalmente nas questões relativas ao funcionamento dos órgãos genitais (útero, ovários, tubas uterinas, vagina e vulva) e mama.

Principais doenças tratadas pela ginecologia

Entre as principais enfermidades tratadas pela Ginecologia estão:

- Tumores de mama e dos órgãos genitais (útero, colo de útero, ovário, vulva e tubas);
- Endometriose (distúrbio em que o tecido endometrial do útero cresce fora do órgão);
- Miomas do útero;
- Cistos de ovário;
- Ovário policístico;
- Doença inflamatória pélvica;
- Aderências pélvicas;
- Infertilidade feminina;
- Pólipos endometriais;
- Hiperplasia uterina (aumento da espessura da parede interna do útero);
- Adenomiose (presença anormal de glândulas no tecido muscular do útero).

Quando procurar um ginecologista?

O ginecologista é um profissional que deve fazer parte da rotina de cuidados da saúde da mulher. O ideal é iniciar o acompanhamento um pouco antes ou logo após a primeira menstruação e depois manter a frequência indicada pelo médico. A recomendação é que a consulta ocorra pelo menos uma vez por ano, junto com a realização de exames que ajudam a identificar precocemente algumas doenças mais sérias, como o Papanicolaou, para rastreamento dos cânceres de colo de útero, e a mamografia, para prevenir o câncer de mama. O acompanhamento regular deve ser mantido mesmo após a menopausa.

Problemas hormonais, cólicas menstruais e estratégias anticoncepcionais também estão no foco de cuidados dos ginecologistas. Para além das consultas regulares, é importante procurar o médico diante de sintomas como alterações menstruais, sangramentos excessivos, cólicas menstruais incomuns, corrimentos genitais, dores abdominais e nódulos na mama.

Fonte: <https://www.bp.org.br/especialidades/ginecologia>

Desta forma, conclui-se que os serviços são necessários à consecução dos objetivos da Secretaria de Saúde em proporcionar a excelência no atendimento da saúde com serviços médicos especializados adequados para os municípios. Assim, considerando a necessidade de assegurar a integralidade da assistência prestada ao usuário do SUS, conforme preconiza a Lei Federal 8.080/1990, garantindo a realização dos exames indisponíveis no quadro efetivo devido à falta destes procedimentos para atendimento ao público, evitando a desassistência à saúde.

4- ÁREA REQUISITANTE:

Área requisitante	Responsável
Secretaria Municipal da Saúde de Tarumã Central de Regulação	Elisângela Aparecida Gouveia Silva

5- ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Alinhamento com o Plano de Contratações Anual: Objeto da aquisição/contratação (Conforme PCA) - 317 - Empresa para Serviços Técnicos e Profissionais Diversos.

Link do item no PCA: <https://pncp.gov.br/app/pca/64614449000122/2024/5>

Alinhamento com o Orçamento Base Zero:

CONSULTA EM GINECOLOGIA – código 098.10.00068

6- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- Os serviços deverão ser prestados por profissionais com curso superior em medicina, experiência e com comprovante de conclusão de residência médica ou título de especialista em Ginecologia.
- O local da realização das consultas será no Complexo de Saúde - Centro de Especialidades de Tarumã.
- A contratante se responsabiliza em efetuar o pagamento, conforme liberação de agenda, por exemplo, se for 40 consultas na semana, será pago o equivalente à 40 consultas, independente de faltas/presenças de pacientes. Referente ao diu, será pago apenas se for realizado o procedimento.
- A contratada deverá realizar os procedimentos cirúrgicos, conforme demanda e autorização da Secretaria Municipal da Saúde em uma média de no mínimo 04 procedimentos maiores por mês ou mais que 04, no caso de pequenos procedimentos. As cirurgias deverão ser realizadas na Santa Casa de Assis, onde a Prefeitura possui convênio, efetuando pagamentos das cirurgias para a Santa Casa de 03 (Três) tabelas SUS. A Santa Casa é responsável pelos pagamentos das cirurgias ao especialista, baseado nesta mesma tabela. A contratante não se responsabiliza pelos pagamentos das cirurgias.
- A contratada deverá realizar todos os procedimentos de DIU que forem necessários, sendo que, quando estes procedimentos de DIU e colposcopia forem agendados poderão contar com 2 vagas de consultas para cada procedimento, para tempo de realização.
- A contratante não é responsável pela contratação de médico auxiliar, caso seja necessário para determinado tipo de cirurgia, devendo a contratada se responsabilizar por este tipo de parceria.
- A contratada deverá efetuar ficha de contra - referência para as ESFs (Estratégia de Saúde da Família) das pacientes que podem ser tratados pelo clínico geral da unidade, com orientação do tratamento necessário para o paciente contra-referenciado.

- É obrigatório por parte da contratada utilizar o sistema disponibilizado pela Secretaria da Saúde, para redação no prontuário eletrônico, digitando histórico do paciente, hipótese diagnóstica, conduta adotada, encaminhamentos quando houver e prosseguimento do tratamento.
- Fica a contratada ciente que em casos de pacientes que fazem acompanhamento com o serviço em questão, caso seja necessário uma reavaliação de urgência no Pronto Atendimento em nosso Município, a contratada tem o prazo de 01 (Uma) hora para avaliar a paciente.
- Não há previsões de férias ou licenças para este contrato, devendo o prestador, ser substituído por outro especialista da mesma empresa caso o profissional precise afastar-se por um período.
- Não serão permitidos atrasos nos horários de chegadas para os atendimentos, sendo que a cada 10 minutos de atraso será descontado o equivalente à 01 consulta.
- Não serão admitidos cancelamentos dos atendimentos já agendados. Caso ocorra, a contrata estará sujeita às sanções previstas na cláusula sétima e seguintes do Contrato.
- Considerando que a Prefeitura de Tarumã realiza diariamente Pesquisa de Satisfação com os usuários, a contratada deverá realizar seus atendimentos com total profissionalismo, eficiência, cordialidade, atenção e respeito às pacientes. Caso a avaliação da contratada seja insatisfatória já no primeiro mês avaliado, a contratante pode rescindir o contrato imediatamente e proibir a participação da contratada nas duas próximas licitações.
- A contratada deverá emitir uma única nota fiscal/recibo, uma única vez ao mês, assim que efetuar os atendimentos do mês.
- O Contratado deverá disponibilizar agenda, conforme descritivo abaixo, para atendimento de no mínimo 40 consultas semanais. As quantidades apresentadas são para efeito de estimativa somente, podendo haver variação no todo ou em parte, sendo que a Prefeitura NÃO garante a demanda para as quantidades estimadas.
- O contrato pode ser rescindido a qualquer momento, sem aviso prévio, caso a contratada descumpra qualquer uma das exigências estabelecidas no edital.

AGENDA			
		QTDD	
DIA	HORÁRIO	CONSULTAS	DIU
Segunda	Será definido pela contratante, de acordo com a disponibilidade de consultório.	10	2
Terça		10	2
Quinta		10	2
Sexta		10	2

7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DA CONTRATAÇÃO

De acordo com a recomendação do Ministério da Saúde, a consulta preventiva com o ginecologista deve ocorrer uma vez ao ano, salvo algumas exceções. Para as pacientes com doenças ginecológicas ou disfunções hormonais, a periodicidade pode aumentar para duas ou mais consultas dentro de um ano.

Embora não seja possível prever a chegada da primeira menstruação, o ideal é consultar o ginecologista pela primeira vez logo nos primeiros sinais da puberdade, por volta dos 8 ou 9 anos, mas, o mais importante é consultar o médico, independente da idade.

De acordo com o sistema informatizado, utilizado pela Secretaria da Saúde, o Município possui hoje, acima de 12 anos de idade, 6.461 mulheres.

Se fôssemos considerar a informação acima, teríamos que efetuar a compra de uma quantidade bem maior, porém, definimos alguns critérios nos protocolos de encaminhamentos e optamos por efetuar a compra da mesma quantidade realizada em 2023, estabelecendo cotas de vagas para as unidades de saúde da família.

Item	Descrição	Qtde
1	Serviço médico para consulta em Ginecologia, implantes de diu, colposcopias e cirurgias ginecológicas.	1.066

8- LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foram realizadas pesquisas de mercado com especialistas que atendem na região que abrange o Município de Tarumã/SP e no site do Portal Nacional de Contratações Públicas; seguem anexos.

9- ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDD
1	Serviço médico para consulta em Ginecologia, implantes de diu, colposcopias e cirurgias ginecológicas.	1.066

10- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Rua Aroeira, nº 482, Vila das Árvores - Tarumã-SP | CEP: 19820-000 | CNPJ: 64.614.449/0001-22
Fone/Fax: (18) 3373-4500 | site: www.taruma.sp.gov.br | e-mail: gabinete@taruma.sp.gov.br

Assinado por 1 pessoa: ELISANGELA APARECIDA GOUVEIA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://taruma.1doc.com.br/verificacao/3D3C-8B47-3D74-D786> e informe o código 3D3C-8B47-3D74-D786



A empresa contratada deve atender todos os requisitos escritos no item 6º deste edital.

A modalidade da licitação é PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

Caso haja interesse de ambas as partes, o contrato pode ser prorrogado por até 60 meses.

11- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A equipe do planejamento identificou que para que o resultado das entregas dos serviços aconteçam serão necessárias manutenções preventivas e/ou consertos em equipamentos utilizados no Centro de Especialidades. A responsabilidade em informar a equipe de enfermagem do Centro de Especialidades e por sua vez, a gestão do Centro de Especialidades em providenciar as respectivas manutenções/consertos é da empresa.

12- POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

Diante de todo o estudo analisado, a equipe avaliou a necessidade da aquisição dos serviços relacionados.

Tarumã, 24 de abril de 2024

Elisângela Ap Gouveia Silva
Supervisora de Programas
Membro do Comitê Gestor da Contratação



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3D3C-8B47-3D74-D786

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ELISANGELA APARECIDA GOUVEA SILVA (CPF 278.XXX.XXX-11) em 10/05/2024 10:23:17
(GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://taruma.1doc.com.br/verificacao/3D3C-8B47-3D74-D786>

ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Contratação de empresa especializada em realização de consultas em ginecologia, implantes de dius, colposcopias e cirurgias ginecológicas.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Especificações e quantidade

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em realização de consultas em ginecologia, implantes de dius, colposcopias e cirurgias ginecológicas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Unid	Qtde
1	Serviço médico para consulta em Ginecologia, implantes de dius, colposcopias e cirurgias ginecológicas.	UN	1.066

1.2. Prazo de vigência da contratação

A vigência do contrato é até 31/12/2024.

A critério exclusivo da Contratante, este contrato poderá ser prorrogável por iguais períodos, devendo sua vigência total se limitar ao prazo definido no Art. 107 da Lei nº 14.133/21.

1.3. Natureza do objeto

1.3.1. O custo estimado total da contratação será validado em fase oportuna de acordo com o preceitua a Lei 14.133.21 e o Decreto Municipal 2.882 de 28 de março de 2023, após a realização da pesquisa de preços.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’)

3.1. A descrição da solução encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar , apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21)

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. DOS PARAMETROS DA LICITAÇÃO

5.1. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 , sendo o valor referencial ser superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), terá cota para ME/EPP.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

6.2. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

7.1. Rotinas de fiscalização Contratual

7.1.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto licitado;

7.1.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

7.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.1.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.1.5.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.5.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.6. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.7. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.8. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.1.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.1.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.1.11. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.1.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.1.13. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.1.14. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.1.15. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.1.16. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.2. São obrigações da Contratante:

7.2.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto lícitado;

7.2.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

7.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela detentora da Ata.

7.2.4. Recusar com a devida justificativa qualquer material entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

7.2.5. A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos produtos, esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

7.2.6. Com a finalidade de controlar e gerenciar os serviços, fica a servidora pública municipal, Sra. Elisângela Aparecida Gouveia Silva, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 32.752.169-7 SSP/SP e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 278.989.498-11, designada a atuar na função de Gestor do Contrato.

7.3. São obrigações da Contratada:

7.3.1. Fornecer o objeto lícitado em conformidade com as especificações técnicas exigidas por este edital e em consonância com o Preço Registrado, sob pena de serem rejeitados os itens irregulares;

7.3.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3.2. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

7.3.3. Arcar com eventuais prejuízos causadas a Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

7.3.4. Respeitar as posturas, regulamentos e condições impostas em leis Municipal, Estadual e Federal, que incidirem sobre o objeto do presente certame.

7.3.5. Não sub-contratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente certame, salvo motivo justificado e autorização expressa do órgão gerenciador.

7.3.6. Cumprir os prazos e horários de entrega, bem como substituir no todo ou em partes, às suas expensas, produtos que estiver com defeito, validade vencida ou deteriorada.

7.3.7. Manter, durante toda a Vigência da Ata de Contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3.8. Os equipamentos entregues deverão obedecer rigorosamente as normas a ele pertinente e as exigidas no edital.

7.3.9. Todos os bens deverão estar acondicionados em embalagens nas quais deverão constar os dados referentes a identificação, à marca do respectivo fabricante, a data de fabricação e ao prazo de validade, no caso de materiais sujeitos à deterioração.

7.3.10. A contratada deverá no ato da assinatura do Contrato, assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento do Objeto:

8.1.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação:

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;

- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5. Do Recebimento

8.6.1. A forma de recebimento encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE**, e modo de disputa **ABERTO/FECHADO/ABERTO E FECHADO/FECHADO E ABERTO**, utilizando de contratação.

9.3. Exigências de habilitação

9.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3.2. Habilitação jurídica

9.3.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.2.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.2.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.2.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.3.2.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.2.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.3.2.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.3.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3.4. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

9.3.3.4.1. Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das **Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);**

9.3.3.5. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

9.3.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.3.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.3.4. Qualificação Econômico-Financeira

9.3.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.3.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II).

9.3.5. Qualificação Técnica

9.3.5.1. Registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) em plena validade, do profissional que irá prestar os serviços;

9.3.5.1.1. Comprovação de especialização do profissional que irá prestar os serviços, pertinente a especialidade pretendida, mediante apresentação de certificado/diploma de especialização em gastrocirurgia.

9.3.5.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem ter fornecido materiais / equipamentos semelhantes ao objeto desta licitação;

9.3.5.2. Somente serão considerados válidos atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como dados para eventual contato, estando as informações sujeitas à conferência.

9.3.5.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.3.5.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.3.5.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação será validado em fase oportuna de acordo com o preceitua a Lei 14.133.21 e o Decreto Municipal 2.882 de 28 de março de 2023, após a realização da pesquisa de preços.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As receitas para custear as despesas advindas de contratos oriundos deste processo, estarão consignados no orçamento anual do exercício da formalização do contrato.

Ficha: 745

Tarumã, 24 de Abril de 2024.

Elisangela Aparecida Gouvea Silva
Supervisora de Programas
Prefeitura Municipal de Tarumã



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1A13-9B36-E74C-FF4A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ELISANGELA APARECIDA GOUVEA SILVA (CPF 278.XXX.XXX-11) em 14/05/2024 07:33:19
(GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://taruma.1doc.com.br/verificacao/1A13-9B36-E74C-FF4A>

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

CONTRATADA: ISABELLA CAROLINA SPOLADORI LTDA ME

CONTRATO Nº. 048/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE CONSULTAS EM GINECOLOGIA, IMPLANTES DE DIUS, COLPOSCOPIAS E CIRURGIAS GINECOLÓGICAS.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Tarumã, 19 de junho de 2024.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Oscar Gozzi

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 403.647.128-72

Assinatura: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: Elvira Alice Gozze da Silva

Cargo: Secretária Municipal

CPF: 048.806.948-35

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: Elvira Alice Gozze da Silva

Cargo: Secretária Municipal

CPF: 048.806.948-35

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: Isabella Carolina Spoladori

Cargo: Representante Legal

CPF: 045.679.759-95

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Elvira Alice Gozze da Silva

Cargo: Secretária Municipal

CPF: 048.806.948-35

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Elisangela Aparecida Gouveia Silva

Cargo: Supervisora de Programas

CPF: 278.989.498-11

Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO:

Nome: Lucilena Pereira Santos

Cargo: Supervisora de Programas

CPF: 204.530.488-46

Assinatura: _____